



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A3 POLÍTICA

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 27 de agosto de 2015

Delator de Lagarto pede proteção policial

Augifranco Patrick de Vasconcelos prestou depoimento a juiz federal e revelou que está sendo pressionado

Habacuque Villacorte

Preso em uma operação da Polícia Civil, coordenada pelo Departamento Especializado em Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap), o empresário e professor Augifranco Patrick de Vasconcelos prestou depoimento ao juiz federal Fernando Escrivani, na manhã de ontem, no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE). Após mais de uma hora de oitiva, Augifranco deixou o prédio do TRE/SE sem se manifestar para a imprensa, e o juiz federal também não revelou o teor do seu depoimento.

Sabe-se apenas que ele está sofrendo ameaças no município de Lagarto, onde reside.

Augifranco e o irmão, Ygor Henrique Batista de Vasconcelos, são suspeitos de cometerem o crime de lavagem de dinheiro com recursos oriundos das verbas de subvenção da Assembleia Legislativa.

Em suposta delação premiada à delegada da Polícia Civil, Danielle Garcia, e ao coordenador do Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa do Ministério Público, o promotor Henrique Ribeiro Cardoso, os irmãos teriam acusando vários parlamentares e até ex-deputados de se beneficiarem do suposto “esquema”, como Raimundo Vieira, o “Mundinho da Comase”, através da Associação Ala Jovem, em Lagarto, que recebeu recursos de verbas de subvenção do ex-deputado, chegando a movimentar mais de R\$ 3 milhões, de 2011 a 2014.

As delações geraram muita

polêmica, em especial o vazamento delas para a imprensa. Após ter sido liberado da delegacia, na companhia dos irmãos, o ex-deputado Mundinho da Comase chegou a revelar que não concedeu a delação e que apenas teria falado sobre as verbas de subvenção que indicou, garantindo que não tinha conhecimento sobre as indicações dos demais colegas da Assembleia, argumento que vai de encontro ao teor do documento de sua suposta “delação” que vazou para alguns setores da imprensa.

• Relembra

No mês passado, em entrevista coletiva à imprensa, o promotor Henrique Cardoso chegou a dizer que, assim que a investigação foi iniciada, os irmãos chegaram a fechar a empresa MP10 para tentar bur-

lar as investigações, que servia como uma “lavanderia de dinheiro”, simulava a prestação de serviços para a associação e depois repassava de 60% a 70% dos recursos para o deputado Raimundo Vieira, através de depósitos em contas determinadas pelo parlamentar. “O restante do dinheiro era para ser investido na entidade e para as despesas com notas fiscais e outros impostos e obrigações”.

Por sua vez, o promotor de Justiça do município de Lagarto, Belarmino Alves dos Anjos Neto, disse que o “delator” atuava como um “operador” de outras associações que receberam recursos de Mundinho da Comase e de outros parlamentares. “Havia um desvio feito pela MP 10 e outro pelo próprio Augifranco, através de uma conta pessoal dele. Agora, em Lagarto, outras



**EMPRESÁRIO
TAMBÉM PROCUROU
A DELEGADA DANIELLE
GARCIA, CONFIRMOU
AS AMEAÇAS QUE VEM
SOFRENDO, MAS NÃO
FEZ O BOLETIM DE
OCORRÊNCIA**

associações respondem a ações de improbidade e ações criminais”, completou.

Em seguida, Belarmino colocou que decidiu instaurar um inquérito civil para descobrir o que fora feito com essa verba. “Nessas investigações descobrimos vários esquemas de contratações de empresas fantasmas e quebras de sigilo que mostraram um esquema de desvio de verbas públicas. Eles apresentaram uma pres-

tação de contas, quando se configurou a irregularidade porque boa parte do dinheiro era repassada para a empresa MP 10, que tinha o mesmo endereço da associação e que era de propriedade do irmão do presidente da associação. Era uma fraude, uma empresa de fachada”.

• Delegacia

Assim que deixou o Tribunal Regional Eleitoral, Augifranco procurou a delegada Danielle Garcia para também noticiar as ameaças que vem sofrendo em Lagarto e para pedir proteção policial. Apesar da gravidade do caso e das denúncias, o professor preferiu não prestar queixa no distrito policial. Até o fechamento da edição, não se tinha conhecimento se a Polícia Federal estava ou não garantindo a segurança pessoal do empresário.